

## Solicitação de Registro de Convenção Coletiva

Número da Solicitação de Registro: **MR013673/2019**

Solicitação concluída. Aguardando depósito do requerimento de registro no órgão do MTE.

### Resumo

#### Representantes dos Empregadores

CNPJ: 97.259.881/0001-00 Razão Social: **SINDICATO EMPRESAS PREST SERV ELETRO-ELETRONICAS EST RS**

#### Endereço para contato

CEP: **90020090** Logradouro: **Rua Professor Annes Dias**  
Bairro: **Centro Histórico** Complemento: **conj. 405** Número: **154**  
UF/Município: **RS / Porto Alegre**  
E-mail: **sindatrs@sindatrs.com.br**  
Telefone 1: **0XX51-32862026** Ramal 1: Telefone 2: **0XX51-32862028** Ramal 2:

#### Assembléia(s)

UF: **RS** Município: **Porto Alegre** Data: **15/02/2019**

#### Representante(s) Legal(is)

Nome: **ANTONIO JOB BARRETO** Função: **Procurador**

#### Representantes dos Trabalhadores

CNPJ: 91.345.231/0001-92 Razão Social: **SIND EMPREG EMPRESAS ASS PERICIAS INF PESQ FUND EST RS**

#### Endereço para contato

CEP: **90050100** Logradouro: **Rua General Lima e Silva - até 0868 - lado par**  
Bairro: **Centro** Complemento: Número: **280**  
UF/Município: **RS / Porto Alegre**  
E-mail: **semapi@semapirs.com.br**  
Telefone 1: **0XX51-32877500** Ramal 1:

#### Assembléia(s)

UF: **RS** Município: **Porto Alegre** Data: **10/04/2018**

#### Representante(s) Legal(is)

Nome: **JOAO GABRIEL ROSA DOS SANTOS** Função: **Membro de Diretoria Colegiada**

#### Vigência e Data-Base

Vigência: **01/05/2018 a 30/04/2019** Data-Base: **01/05**

#### Categoria(s) abrangida(s) pela Convenção Coletiva

Descrição: **Empregados em empresa de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de fundações estaduais**

#### Abrangência Territorial da Convenção Coletiva

- **RS**

#### Cláusulas

**1ª Cláusula** Título da Cláusula: **VIGÊNCIA E DATA-BASE**

Descrição da Cláusula: As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2018 a 30 de abril de 2019 e a data-base da categoria em 01º de maio.

**2ª Cláusula** Título da Cláusula: **ABRANGÊNCIA**

Descrição da Cláusula: A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Empregados em empresa de assessoramento, perícias, informações e pesquisas e de fundações estaduais**, com abrangência territorial em **RS**.

**3ª Cláusula** Título da Cláusula: **PISOS SALARIAIS**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Piso Salarial**

A partir de 1º de Maio de 2018 ficam instituídos os seguintes pisos salariais para os empregados com jornada de 220 horas mensais:

I -Empregados em Geral

- a) Office-boy e ocupados em serviços de limpeza (Copeiro, faxineiro, limpador, auxiliar de limpeza, servente de limpeza) e jovens aprendizes: R\$ 1.051,00 (um mil e cinquenta e um reais);
- b) Auxiliar Técnico em Eletrônica e Informática (empregados que exerçam as atividades de montagem e desmontagem de aparelhos eletro-eletrônicos em geral, eletro-domésticos, refrigeração, informática, telefonia móvel e celular, higienização de peças, auxílio na montagem de porteiros eletrônicos e monitoramento de circuitos fechados de segurança e demais auxílios relacionados a serviços externos): R\$ 1.104,00 (um mil e cento e quatro reais).
- c) Que percebam salário fixo, dentre eles os empregados de empresas prestadoras de serviço que exerçam suas atividades na sede de empresa tomadora de serviços, inclusive os que prestam serviços de portaria e de digitação, empregados de empresas de cobrança de pedágio: R\$ 1.104,00 (um mil e cento e quatro reais);
- d) Empregados que percebam salário misto ou comissões, inclusive para os empregados que exercem a função de técnico em eletrônica, técnico em informática, técnico mecânico, técnico em refrigeração, técnico em sonorização, técnico em manutenção de equipamentos hospitalares (empregados que exerçam as atividades de montagem e desmontagem de aparelhos eletro-eletrônicos em geral, eletro-domésticos, refrigeração, informática, telefonia móvel e celular, higienização de peças, auxílio na montagem de porteiros eletrônicos e monitoramento de circuitos fechados de segurança e demais auxílios relacionados a serviços externos) e os empregados que exercem a função de agente de segurança em empresas de tele alarme: R\$ 1.229,10 (um mil duzentos e vinte e nove reais e dez centavos).

Descrição da Cláusula:

**4ª Cláusula** Título da Cláusula: **REAJUSTE SALARIAL**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Reajustes/Correções Salariais**

1) A partir de 1º de maio de 2018, os empregados de empresas privadas, representados pela entidade acordante, serão reajustados pelo percentual de 1,69% (um inteiro e sessenta e nove centésimos por cento) a incidir sobre os salários de maio de 2017.

**Parágrafo Único** - O reajuste salarial previsto no "caput" desta cláusula incidirá sobre a parcela salarial até o valor equivalente a R\$ 9.089,00 (nove mil e oitenta e nove reais). A parcela excedente a esse valor será objeto de negociação entre o empregado e o empregador.

Descrição da Cláusula:

**5ª Cláusula** Título da Cláusula: **REAJUSTE SALARIAL PROPORCIONAL**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Reajustes/Correções Salariais**

Os empregados em empresas privadas representadas pelo sindicato acordante que hajam ingressado na empresa após a data-base terão sua taxa de reajustamento proporcional ao tempo de serviço e terá como limite o salário reajustado do empregado exercente da mesma função, admitido até 12 (doze) meses antes da data-base.

**Parágrafo Primeiro**

Na hipótese de o empregado não ter paradigma ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base da categoria, será adotado o critério proporcional ao tempo de serviço, com adição ao salário de admissão, conforme tabela abaixo:

Admissão	Reajuste
MAI/17	1,69 %
JUN/17	1,33 %
JUL/17	1,33 %
AGO/17	1,33 %
SET/17	1,33 %
OUT/17	1,33 %
NOV/17	1,13 %
DEZ/17	0,95 %
JAN/18	0,69 %
FEV/18	0,46 %
MAR/18	0,28 %
ABR/18	0,21 %

**Parágrafo Segundo**

O empregado que teve o contrato de trabalho resilido antes da recomposição integral dos salários previsto na cláusula quarta terá as verbas rescisórias calculadas com base no salário recomposto pelo índice total de reajuste a que teria direito.

Descrição da Cláusula:

**6ª Cláusula** Título da Cláusula: **PRAZO PARA PAGAMENTO DE SALÁRIO**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

Os salários deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Na hipótese de descumprimento da norma acima o Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do RGS - SEMAPI notificará, por qualquer meio, a Entidade Patronal suscitada, que diligenciará junto à empresa que a obrigação seja satisfeita no

Descrição da Cláusula:

prazo improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas, contados do recebimento da notificação.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Persistindo o descumprimento, a empresa se obriga a pagar a multa diária de 1/2 (meio) dia de salário por dia de atraso em favor do empregado, a contar do prazo estabelecido no "caput" e parágrafo primeiro desta cláusula, ficando a referida multa limitada ao valor do principal.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese do não pagamento da multa fixada no parágrafo anterior, e, sendo esta objeto de cobrança perante a Justiça do Trabalho e reconhecido o direito do empregado a percebê-la seu valor será devido à razão de 01 (um) dia de salário por dia de atraso, limitada ao valor do principal.

### 7ª Cláusula Título da Cláusula: **PAGAMENTO DE SALÁRIO POR SISTEMA BANCÁRIO**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

As empresas que pagam os salários de seus empregados através de depósito em conta salário envidarão esforços para que a instituição financeira não cobre taxas bancárias do trabalhador que utiliza a conta apenas para saque do seu salário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica garantido ao empregado que o crédito dos vencimentos seja procedido dentro do horário de atendimento bancário e, fica garantido ao empregado caso o pagamento do salário seja efetuado em cheque, ocorra em horário que permita desconto imediato do mesmo conforme previsto na letra "a", do artigo 2º da Portaria do Mtbe nº 3.281-7/12/1984.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica garantida a liberação por 2 (duas) horas aos trabalhadores com carga horária semanal superior à 40 (quarenta) horas, para em horário bancário retirar o seu cartão magnético atinente a sua conta salário, desde que a jornada do trabalhador coincida com o horário normal de funcionamento do banco ou que a coincidência entre o horário do banco e a jornada não seja igual ou superior a uma hora.

Descrição da Cláusula:

### 8ª Cláusula Título da Cláusula: **IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE VALORES DE CHEQUES E CÉDULAS FALSAS**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Descontos Salariais**

As empresas não poderão descontar de seus empregados, que exerçam função de caixa ou equivalente, valores relativos a cheques sem cobertura ou emitidos fraudulentamente, ou correspondentes ao recebimento de cédulas falsas, desde que cumpridas as formalidades exigidas pelo empregador para aceitação de cheques e numerários.

Descrição da Cláusula:

### 9ª Cláusula Título da Cláusula: **DESCONTOS**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Descontos Salariais**

Serão considerados válidos os descontos salariais, desde que prévia e expressamente autorizados pelo empregado, efetuados pelo empregador a título de:

a) mensalidade de sócio do SEMAPI - sindicato representativo da categoria;

Descrição da Cláusula: b) convênios de fornecimento de alimentação e/ou cesta básica, convênio de plano de saúde (medicamentos, óptico, médicos, odontológicos e psiquiátricos) e convênio de seguro de vida em grupo, limitando-se o total do desconto

em 25% (vinte cinco por cento) do piso salarial fixado na cláusula "Pisos Salariais", letra "c"; e

c) desconto dos valores referentes ao pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil concedidos por instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil, na forma da Medida Provisória nº 130/03 .

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Fica ressalvado o direito do empregado de cancelar, a qualquer tempo e por escrito, a autorização para que se proceda aos descontos salariais acima especificados, respeitadas as obrigações já anteriormente assumidas pelo empregado.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

Para as empresas que possuem em seus quadros 20 (vinte) ou mais empregados será incentivado pelo empregador a criação de uma associação de empregados a qual passará a administrar tais convênios.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

As mensalidades descontadas dos associados do SEMAPI, em folha de pagamento, deverão ser repassadas ao sindicato profissional até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido.

---

#### 10ª Cláusula Título da Cláusula: **EMPREGADO NOVO**

Grupo:	<b>Salários, Reajustes e Pagamento</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo</b>
Descrição da Cláusula:	Não poderá o empregado mais novo na empresa, por força da presente convenção, perceber salário superior ao mais antigo na mesma função.

---

#### 11ª Cláusula Título da Cláusula: **COMPENSAÇÕES**

Grupo:	<b>Salários, Reajustes e Pagamento</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo</b>
Descrição da Cláusula:	Poderão ser compensados nos reajustes previstos na presente convenção os aumentos salariais, espontâneos ou coercitivos, concedidos durante o período revisando, exceto os provenientes de término de aprendizagem; implemento de idade; promoção por antigüidade ou merecimento; transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade; e equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado.

---

#### 12ª Cláusula Título da Cláusula: **RECIBOS OU ENVELOPES DE PAGAMENTO**

Grupo:	<b>Salários, Reajustes e Pagamento</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo</b>
Descrição da Cláusula:	Os empregadores ficam obrigados a fornecer a seus empregados, no ato do pagamento, discriminativo dos pagamentos e descontos efetuados, através de cópias dos recibos ou envelopes de pagamento, onde constem, obrigatoriamente, número de horas normais e extras trabalhadas, as comissões pagas e a integração das horas extras habituais e comissões pagas nos repousos remunerados.

---

#### 13ª Cláusula Título da Cláusula: **CÁLCULO DO REPOUSO SEMANAL DO COMISSIONADO**

Grupo:	<b>Salários, Reajustes e Pagamento</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo</b>
Descrição da Cláusula:	As empresas obrigam-se a calcular o repouso semanal do empregado comissionado, tendo como base o total das comissões auferidas no mês, dividido pelos dias efetivamente trabalhados e multiplicado pelos domingos e feriados a que fizer jus.

---

**14ª Cláusula** Título da Cláusula: **INTEGRAÇÃO DAS COMISSÕES**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

O empregado comissionado terá o valor de suas férias e aviso prévio calculado com base na média da remuneração variável percebida nos últimos 12 (doze) meses, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, de acordo com a variação acumulada, no período pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O empregado comissionado terá o valor de sua gratificação natalina calculado com base na média da remuneração variável percebida no ano, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, de acordo com a variação acumulada, no período pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas).

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O empregado comissionado terá o valor das férias calculado com base na média da remuneração variável percebida no ano, garantida a atualização monetária das parcelas que servirão de base de cálculo, de acordo com a variação acumulada, no período pelo IGP-M (Fundação Getúlio Vargas).

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Descrição da Cláusula: Não serão atualizadas, em nenhuma hipótese, as comissões referentes ao último mês do período base de cálculo.

---

**15ª Cláusula** Título da Cláusula: **SALÁRIO SUBSTITUTO**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

Descrição da Cláusula: Os empregadores que não estejam organizados em plano de Cargos e Salários, caso admitam empregado para a função de outro demitido sem justa causa, será garantido àquele salário igual ao do empregado de menor salário na função sem considerar vantagens pessoais.

---

**16ª Cláusula** Título da Cláusula: **SUBSTITUIÇÃO DE CHEFIA**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

Descrição da Cláusula: O empregado que for designado expressamente para substituir outro que exerça função de chefia com gratificação, por um período igual ou superior a 20 (vinte) dias, fará jus ao recebimento desta gratificação, de forma proporcional aos dias de substituição, sem prejuízo para o substituído, desde que seu contrato de trabalho não esteja suspenso ou interrompido.

---

**17ª Cláusula** Título da Cláusula: **DIFERENÇAS SALARIAIS**

Grupo: **Salários, Reajustes e Pagamento**

SubGrupo: **Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo**

Descrição da Cláusula: As diferenças salariais decorrentes da aplicação da presente convenção coletiva de trabalho deverão ser satisfeitas até a folha de pagamento referente ao mês de abril de 2019.

---

**18ª Cláusula** Título da Cláusula: **ANTECIPAÇÃO DO 13º SALÁRIO**

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **13º Salário**

As empresas obrigam-se a antecipar 50% (cinquenta por cento) do 13º salário aos empregados que o requererem até 5 (cinco) dias após o recebimento do aviso das férias. O pagamento será efetivado por ocasião da satisfação do salário de férias.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Descrição da Cláusula: Para os empregados que requererem e gozarem férias até o mês de agosto, as empresas obrigam-se a pagar, no mês de outubro, a antecipação prevista no "caput" desta cláusula, desde que os empregados requeiram até o dia 10 de outubro.

---

**19ª Cláusula** Título da Cláusula: **QUINQUENIO**

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **Adicional de Tempo de Serviço**

Os empregadores pagarão a seus empregados, a título de adicional por tempo de serviço, o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o salário base, a cada 5 (cinco) anos de efetivo trabalho para o mesmo empregador, contados ininterruptamente a partir da contratação. O adicional previsto nesta cláusula será devido independentemente da forma de remuneração, devendo ser satisfeito mês a mês. Os adicionais por tempo de serviço já pagos pelas empresas a seus empregados, tendo como parâmetro prazos e percentuais diversos do ora estabelecido, poderão ser objeto de compensação, não se aplicando a presente cláusula em caso de percepção de benefício mais vantajoso.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Descrição da Cláusula: É fixado a este título um teto no valor de R\$ 1.486,00 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais).

---

**20ª Cláusula** Título da Cláusula: **QUEBRA DE CAIXA**

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **Outros Adicionais**

Descrição da Cláusula: É concedida uma indenização a título de "quebra de caixa" a todos os empregados que exerçam funções de caixa, ou trabalhem habitualmente com numerário, no valor de 12% (doze por cento) do salário base do empregado, ficando ajustado, porém, que ditos valores não farão parte integrante do salário do empregado, para qualquer efeito legal.

---

**21ª Cláusula** Título da Cláusula: **AUXÍLIO FUNERAL**

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **Outros Adicionais**

Os empregadores fornecerão um auxílio funeral ao cônjuge ou dependente do empregado falecido, em valor de R\$ 2.816,00 (dois mil oitocentos e dezesseis reais), desde que as empresas não mantenham ou subsidiem seguro de vida em grupo para seus empregados.

Descrição da Cláusula:

---

**22ª Cláusula** Título da Cláusula: **AUXÍLIO RANCHO**

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **Auxílio Alimentação**

Descrição da Cláusula: As empresas concederão aos seus empregados, uma vez por ano, entre 1º de maio/2018 e 30 de abril/2019, um rancho no valor mínimo de R\$ 82,73 (oitenta e dois reais e setenta e três centavos).

---

**23ª Cláusula** Título da Cláusula: **VALES ALIMENTAÇÃO E/OU REFEIÇÃO**

---

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **Auxílio Alimentação**

I - Os empregadores representados pelo sindicato conveniente fornecerão aos seus empregados que laboram em jornada de seis horas, a partir de **1º de maio de 2018**, vales-refeição e/ou alimentação no valor mínimo de **R\$ 17,10 (dezessete reais e dez centavos)** por dia trabalhado, independentemente do desconto estabelecido pela legislação do PAT. O referido valor será majorado em 1º de janeiro de 2019 para **R\$ 17,23 (dezessete reais e vinte e três centavos)**. A diferença de 1% (um por cento) no valor do vale-refeição concedida em janeiro de 2019 poderá ser passível de compensação na negociação de maio de 2019.

II - Os empregadores representados pelo sindicato conveniente fornecerão aos seus empregados que laboram em jornada de oito horas, a partir de **1º de maio de 2018**, vales-refeição e/ou alimentação no valor mínimo de **R\$ 18,20 (dezoito reais e onze centavos)** por dia trabalhado, independentemente do desconto estabelecido pela legislação do PAT. O referido valor será majorado em 1º de janeiro de 2019 para **R\$ 18,38 (dezoito reais e trinta e oito centavos)**. A diferença de 1% (um por cento) no valor do vale-refeição concedida em janeiro de 2019 poderá ser passível de compensação na negociação de maio de 2019.

**Parágrafo Primeiro**

Fica estabelecido que o valor do vale-alimentação e/ou refeição previsto no "caput" desta cláusula é o mínimo diário que os empregados perceberão, já efetuado o desconto previsto nos termos do programa de alimentação do trabalhador (PAT).

**Parágrafo Segundo**

Os vales-refeição e/ou alimentação fornecidos são de natureza indenizatória, e o valor correspondente não integrará o salário para qualquer efeito legal.

**Parágrafo Terceiro**

Excetuam-se da presente cláusula as empresas que, comprovadamente, já mantêm convênio com empresas fornecedoras de vale-alimentação/refeição ou ainda aquelas que mantêm estabelecimento próprio ou convênio com terceiros de fornecimento de alimentação, em condições iguais de qualidade nutricional. Fica estabelecido que as empresas que mantêm convênio com terceiros de fornecimento de alimentação não poderão ajustar os convênios com valor abaixo de 20% (vinte por cento) do preço fixado para o vale-refeição ou alimentação.

**Parágrafo Quarto**

Fica estabelecido que as empresas que em maio de 2018 concedem vale-refeição ou alimentação em valor superior a R\$ 19,48 (dezenove reais e quarenta e oito centavos) deverão reajustar os vales a partir de 1º de maio de 2018 no percentual de 2,50% (dois e meio por cento) a incidir sobre o valor do mês de maio de 2017.

Descrição da Cláusula:

---

**24ª Cláusula** Título da Cláusula: **VALE TRANSPORTE**

---

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **Auxílio Transporte**

Descrição da Cláusula: Os empregadores concederão o vale-transporte mensalmente, nos termos da Lei nº 7.418/85, garantida a entrega dos mesmos junto com a folha de pagamento de salários.

---

**25ª Cláusula** Título da Cláusula: **SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

---

Grupo: **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

SubGrupo: **Seguro de Vida**

Descrição da Cláusula: Os empregadores manterão apólice de seguro de vida em grupo beneficiando seus empregados, de adesão facultativa, nos seguintes valores: R\$ 18.129,00 (dezoito mil



cento e vinte nove reais) por morte natural e R\$ 36.270,00 (trinta e seis mil duzentos e setenta reais) por morte acidental ou invalidez permanente acidentária.

**Parágrafo Primeiro**

Caso seja adotada sistemática diversa da ora ajustada - valores e inclusão de invalidez permanente por doença e/ou serviço de assistência funeral - na convenção coletiva a ser firmada pelos ora acordantes e que beneficia os empregados de fundações do Estado, a nova sistemática será, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do ajuste, estendida para as empresas privadas, desde que sejam as mesmas imediatamente comunicadas pelos sindicatos convenentes.

**Parágrafo Segundo**

Os empregadores participarão com 90% (noventa por cento) do valor do prêmio, cabendo o pagamento dos 10% (dez por cento) restantes aos empregados.

**Parágrafo Terceiro**

Os empregadores devem entregar cópia da apólice de seguro aos empregados.

**Parágrafo Quarto**

Na hipótese de suspensão ou interrupção do contrato de trabalho por motivo de doença ou acidente de trabalho, fica garantida a permanência do empregado optante, no grupo de trabalhadores beneficiados pelo seguro de vida, desde que recolha, de forma acordada com a empresa, os valores correspondentes a sua participação no valor do prêmio na forma prevista no parágrafo segundo desta cláusula.

---

**26ª Cláusula** Título da Cláusula: **JUSTA CAUSA - ESPECIFICAÇÃO DE MOTIVOS**

Grupo: **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

SubGrupo: **Desligamento/Demissão**

Descrição da Cláusula: Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho por justa causa deverá o empregador comunicar ao empregado, por escrito, dos motivos que ensejaram a decisão.

---

**27ª Cláusula** Título da Cláusula: **DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Grupo: **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

SubGrupo: **Aviso Prévio**

Descrição da Cláusula: O empregado que no curso do aviso prévio dado pelo empregador obtiver novo emprego será dispensado do cumprimento do restante do mesmo, ficando ajustado, porém, que somente serão pagos pelo empregador, nesta hipótese, os dias efetivamente trabalhados, bem como as demais parcelas rescisórias.

---

**28ª Cláusula** Título da Cláusula: **ANOTAÇÃO DA DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

Grupo: **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

SubGrupo: **Aviso Prévio**

As empresas que dispensarem seus empregados de comparecer ao trabalho durante o aviso prévio, obrigam-se a fazer a anotação correspondente no verso do próprio aviso.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Descrição da Cláusula: Ocorrendo a dispensa do cumprimento do aviso prévio previsto no "caput" desta cláusula, o prazo para pagamento da rescisão passa a vigorar a alínea "b" da cláusula "Prazo de Pagamento de Rescisões" da Convenção Coletiva de Trabalho.

---

**29ª Cláusula** Título da Cláusula: **AVISO PRÉVIO ESPECIAL**

Grupo: **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

SubGrupo: **Aviso Prévio**

Descrição da Cláusula: Os empregadores concederão aviso prévio de 60 (sessenta) dias aos empregados com mais de 45 (quarenta e cinco) anos de idade e com mais de 5 (cinco) anos de trabalho para o mesmo empregador, desde que atendidos ambos os requisitos.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Para os empregados cuja aplicação da Lei 12.506/11 resulte em um benefício maior aplica-se a Lei. Fica estabelecido que não se somam os dois critérios (fixado na convenção e na Lei 12.506/11) referente ao aviso prévio proporcional.

**30ª Cláusula Título da Cláusula: RELAÇÃO DE SALÁRIOS**

Grupo:	<b>Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação</b>
Descrição da Cláusula:	Quando requerido, as empresas se obrigam a entregar ao empregado demitido a relação de seus salários durante o período trabalhado, ou incorporado na Relação de Salários de Contribuição (RSC) conforme formulário do INSS, no prazo de 15 (quinze) dias após o requerimento.

**31ª Cláusula Título da Cláusula: ESTAGIÁRIOS**

Grupo:	<b>Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação</b>
Descrição da Cláusula:	Fica estabelecido que as empresas que contratarem estagiários deverão comunicar ao sindicato profissional tal fato, sendo que somente poderão contratar estagiários no percentual máximo de 20% (vinte por cento) do seu quadro de empregados.  PARÁGRAFO PRIMEIRO  Fica estabelecido que os estagiários contratados deverão exercer atividades que estão relacionadas com a sua formação profissional.  PARÁGRAFO SEGUNDO  As empresas deverão viabilizar para os estagiários que o seu horário de trabalho não conflite com o estágio curricular obrigatório.

**32ª Cláusula Título da Cláusula: RESCISÕES CONTRATUAIS**

Grupo:	<b>Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação</b>
Descrição da Cláusula:	Caso o pagamento das verbas rescisórias seja efetuado desacompanhado do Termo de Rescisão, da cópia impressa do Requerimento de Seguro-Desemprego Empregador WEB, bem como da Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e Contribuição Social e da chave de liberação do mesmo, a empresa, terá o prazo máximo de 10 (dez) dias para fornecer tais documentos ao empregado demitido.  PARÁGRAFO ÚNICO  No caso de descumprimento do prazo supra a empresa se obriga a pagar multa de 01 (um) dia de salário por dia de atraso em favor do empregado demitido, limitado ao valor da rescisão, desde que tenha o empregador dado motivo ao atraso.

**33ª Cláusula Título da Cláusula: ESTABILIDADE DA GESTANTE**

Grupo:	<b>Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades</b>
SubGrupo:	<b>Estabilidade Mãe</b>
Descrição da Cláusula:	Será garantida a estabilidade provisória para a empregada gestante, que não poderá ser dispensada desde a concepção até 90 (noventa) dias após o término do gozo do benefício previdenciário previsto em lei.

**34ª Cláusula Título da Cláusula: ESTABILIDADE DO ACIDENTADO**

Grupo:	<b>Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades</b>
--------	--

SubGrupo:	<b>Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional</b>
Descrição da Cláusula:	Será garantida nos termos do Art. 118 da Lei nº 8.213/91, a estabilidade provisória de um ano a todo o empregado que retornar do Seguro Acidente do Trabalho, a contar da alta concedida pelo INSS.

---

**35ª Cláusula** Título da Cláusula: **ESTABILIDADE DO APOSENTANDO**

Grupo:	<b>Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades</b>
SubGrupo:	<b>Estabilidade Aposentadoria</b>
	Fica assegurada a estabilidade provisória, durante os 12 (doze) meses anteriores à implementação do tempo de serviço necessário à concessão do benefício de aposentadoria, ao empregado que mantenha contrato de trabalho com a mesma empresa pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos.
	<b>PARÁGRAFO PRIMEIRO</b>
	Para a concessão da estabilidade acima prevista, o empregado deverá comprovar a averbação do tempo de serviço mediante certidão expedida pela Previdência Social. A apresentação da certidão poderá ser dispensada caso o empregador, à vista dos documentos fornecidos pelo empregado, verifique a existência do tempo de serviço necessário à concessão do benefício.
	<b>PARÁGRAFO SEGUNDO</b>
Descrição da Cláusula:	A concessão prevista nesta cláusula ocorrerá uma única vez, respeitado o direito de opção do empregado, restando prejudicada na hipótese de encerramento das atividades da empresa, dispensa por justa causa ou pedido de demissão.

---

**36ª Cláusula** Título da Cláusula: **TRANSPORTE MANUAL REGULAR DE CARGA**

Grupo:	<b>Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas referentes a condições para o exercício do trabalho</b>
Descrição da Cláusula:	Os trabalhadores que transportam manualmente e de forma contínua ou não, carga ou materiais de trabalho de qualquer espécie, terão por limite máximo o peso de 12 Kg para homens e 10 Kg para mulheres e menores de 18 anos, obedecendo ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) e as Normas Reguladoras.

---

**37ª Cláusula** Título da Cláusula: **QUADRO MURAL**

Grupo:	<b>Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades</b>
SubGrupo:	<b>Outras normas de pessoal</b>
	Fica assegurada a divulgação pelo sindicato profissional em quadro mural de fácil acesso aos empregados - de editais, avisos e notícias editadas pelo sindicato, desde que não contenham matéria de cunho partidário ou ofensivo ao empregador.
	Para a formação da comissão eleitoral e a convocação das eleições para a constituição da comissão de representação dos empregados, os trabalhadores poderão utilizar o quadro mural mediante a autorização do empregador.
Descrição da Cláusula:	

---

**38ª Cláusula** Título da Cláusula: **HORAS EXTRAS**

Grupo:	<b>Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas</b>
SubGrupo:	<b>Prorrogação/Redução de Jornada</b>
Descrição da Cláusula:	As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) para as duas primeiras e 70% (setenta por cento) para as excedentes a esta.

---

**39ª Cláusula** Título da Cláusula: **CONVOCAÇÃO PELO TRE**

Grupo:	<b>Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas</b>
SubGrupo:	<b>Compensação de Jornada</b>
Descrição da Cláusula:	Os empregados convocados pela justiça eleitoral terão a compensação legal destes dias em data de livre escolha dos trabalhadores, a ser feita em até 6 (seis) meses da data da eleição pela qual foi convocado.

**40ª Cláusula** Título da Cláusula: **COMPENSAÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO**

Grupo:	<b>Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas</b>
SubGrupo:	<b>Compensação de Jornada</b>

A duração normal da jornada de trabalho poderá, para fins de adoção do regime de compensação horária de que trata o art. 59 da CLT, ser acrescida de horas suplementares em número não excedente de 02 (duas) horas, respeitada a seguinte sistemática:

a) o regime de compensação horária poderá ser estabelecido por períodos máximos de 90 (noventa) dias;

b) sempre que as horas suplementares, em cada período de compensação, atingirem o número de 100 (cem), sem que tenham sido objeto de compensação, fica vedada a realização de novas horas suplementares para fins de futura compensação;

c) a empresa que pretender adotar regime de compensação horária em período superior a 90 (noventa) dias, com todos, alguns ou determinado empregado deverá comunicar o fato ao sindicato profissional, antes do ajuste contratual;

d) as empresas que utilizam regime de compensação horária deverão adotar controle de ponto da carga horária do empregado;

e) as empresas que se utilizarem do regime de compensação horária por período superior ao de uma semana deverão fornecer, mensalmente, cópia dos espelhos de controle horário ao empregado.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

As horas acrescidas e não compensadas dentro do período estabelecido deverão ser pagas com o adicional de 70% (setenta por cento), sem prejuízo do regime compensatório.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

As empresas que adotarem o sistema de compensação horária previsto no “caput” da presente cláusula também estarão obrigadas a respeitar o intervalo mínimo de uma hora entre os turnos.

Descrição da Cláusula:

### PARÁGRAFO TERCEIRO

As horas de trabalho reduzidas na jornada para posterior compensação não poderão ser objeto de descontos salariais, caso não venham a ser compensadas com o respectivo aumento da jornada dentro do período de 90 (noventa) dias e nem poderão ser objeto de compensação nos meses subsequentes.

### PARÁGRAFO QUARTO

Havendo rescisão do contrato e se houver crédito a favor do empregado, as respectivas horas serão computadas e remuneradas com o adicional de horas extras previsto na cláusula 38ª (trigésima oitava) da presente convenção.

### PARÁGRAFO QUINTO

Se houver débitos de horas do empregado para com o empregador, na hipótese de rompimento de contrato por iniciativa do empregador, as horas não trabalhadas serão abonadas, sem qualquer desconto nas verbas a que o trabalhador tiver direito na rescisão de contrato de trabalho.

### PARÁGRAFO SEXTO

As empresas poderão adotar regime de compensação horária por período superior a 90 (noventa) dias, desde que ajustem a sistemática em acordo coletivo de trabalho, com a participação dos sindicatos profissional e econômico ora acordante, respeitadas, ainda, as condições estabelecidas no art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho.

### PARÁGRAFO SÉTIMO

A faculdade estabelecida nesta cláusula se aplica a todas as atividades, inclusive aquelas consideradas insalubres, independentemente da autorização a que se refere o art. 60 da Consolidação das Leis do Trabalho.

### PARÁGRAFO OITAVO

A compensação das horas reduzidas da jornada normal de trabalho com o posterior trabalho suplementar somente poderá ser efetivada em dia normal de trabalho, salvo autorização expressa do sindicato profissional.

### PARÁGRAFO NONO

A compensação de horas suplementares acrescidas na jornada normal com a dispensa de prestação de serviços em dias em que a mesma reste inviabilizada por motivos de força maior, somente poderá ser efetivada caso o empregado seja avisado com antecedência de um (1) dia, ou seja, o mesmo

dispensado da prestação do serviço, sem necessidade de deslocamento até o local de trabalho.

---

**41ª Cláusula** Título da Cláusula: **ABONO DE FALTA PARA RECEBIMENTO DO PIS**

---

Grupo: **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

SubGrupo: **Faltas**

Descrição da Cláusula:

As empresas obrigam-se a dispensar os empregados, sem prejuízo salarial, durante o tempo necessário para saque das parcelas do PIS/PASEP que não poderá ultrapassar meio expediente da jornada de trabalho, ou 1 (um) dia quando seu domicílio bancário for fora da cidade, exceto nos casos em que o empregado receba o benefício diretamente do empregador.

---

**42ª Cláusula** Título da Cláusula: **LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS**

---

Grupo: **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

SubGrupo: **Faltas**

Descrição da Cláusula:

As empresas dispensarão seus empregados para participação em cursos, desde que não haja prejuízos nas atividades da empresa, e diante da prova do empregado que frequentou o curso. As expensas com o curso ocorrerão por conta do trabalhador, sem prejuízo salarial, desde que o empregado comunique ao empregador com 5 (cinco) dias de antecedência e que haja identidade entre o curso e as funções efetivamente exercidas pelo empregado na empresa.

PARÁGRAFO ÚNICO

A previsão contida no "caput" desta cláusula será limitada a 30 (trinta) horas ano.

---

**43ª Cláusula** Título da Cláusula: **ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE**

---

Grupo: **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

SubGrupo: **Faltas**

Descrição da Cláusula:

Os empregados estudantes, em dia de matrícula e em dia de realização de provas finais de cada semestre - se matriculados em escolas oficiais ou reconhecidas - serão dispensados de seus pontos durante meio turno desde que comuniquem à empresa 48 (quarenta e oito) horas antes e comprovem posteriormente, no mesmo prazo, o fato gerador de sua ausência.

PARÁGRAFO ÚNICO: A falta do estudante para a realização de exames vestibulares, concursos públicos e/ou ENEM, será abonada, ficando limitada ao dia de realização da prova, desde que comunicada e comprovada a sua realização nos mesmos prazos fixados no "caput" da presente cláusula.

---

**44ª Cláusula** Título da Cláusula: **ABONO DE FALTA PARA CONSULTA MÉDICA**

---

Grupo: **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

SubGrupo: **Faltas**

Descrição da Cláusula:

As empresas obrigam-se a abonar as faltas ao serviço do empregado, no caso de consulta, exames médico ou internações hospitalares de filhos menores de 16 (dezesesseis) anos de idade ou excepcionais, e ainda, de pai e mãe acima de 60 (sessenta) anos, mediante comprovação médica. O benefício fica limitado a 12 (doze) faltas ao ano.

---

**45ª Cláusula** Título da Cláusula: **HORAS TRABALHADAS EM DOMINGOS E FERIADOS**

---

Grupo: **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

SubGrupo: **Outras disposições sobre jornada**

Descrição da Cláusula: Os repousos e feriados trabalhados deverão ser pagos com adicional de 130% (cento e trinta por cento) sobre a hora laborada, já incluída a dobra da lei.

---

**46ª Cláusula** Título da Cláusula: **ATRASOS AO SERVIÇO**

Grupo: **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

SubGrupo: **Outras disposições sobre jornada**

Descrição da Cláusula: As empresas não poderão descontar a importância relativa ao repouso semanal remunerado e feriado correspondente, quando o empregado, apresentando-se atrasado no horário de serviço, tiver seu trabalho permitido naquele dia.

---

**47ª Cláusula** Título da Cláusula: **FRACIONAMENTO DE FÉRIAS**

Grupo: **Férias e Licenças**

SubGrupo: **Duração e Concessão de Férias**

Descrição da Cláusula: Desde que haja concordância do trabalhador (a), as férias poderão ser usufruídas em até três períodos, sendo que um deles não poderá ser inferior a 14 dias corridos e os demais não poderão ser inferiores a cinco dias corridos, cada um.

---

**48ª Cláusula** Título da Cláusula: **LICENÇA PARA FINS DE ADOÇÃO**

Grupo: **Férias e Licenças**

SubGrupo: **Licença Adoção**

Descrição da Cláusula: À empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança será concedida licença-maternidade nos termos da legislação em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO

A licença-maternidade só será concedida mediante apresentação do termo judicial de guarda à adotante ou guardiã.

---

**49ª Cláusula** Título da Cláusula: **FÉRIAS PROPORCIONAIS**

Grupo: **Férias e Licenças**

SubGrupo: **Outras disposições sobre férias e licenças**

Descrição da Cláusula: Ao empregado que rescindir espontaneamente seu contrato de trabalho antes de completar 1 (um) ano de serviço, serão pagas férias proporcionais à razão de 1/12 avos da respectiva remuneração mensal por cada mês completo de trabalho, nos termos do Enunciado 261 do TST.

-

---

**50ª Cláusula** Título da Cláusula: **FORNECIMENTO DE UNIFORMES**

Grupo: **Saúde e Segurança do Trabalhador**

SubGrupo: **Uniforme**

Descrição da Cláusula: As empresas que exijam o uso de uniformes ficam obrigadas a fornecê-los sem qualquer ônus para seus empregados, ficando ajustada a devolução dos mesmos, no estado em que se encontrarem, no caso de substituição ou rescisão contratual.

---

**51ª Cláusula** Título da Cláusula: **ATESTADO DE DOENÇA**

Grupo: **Saúde e Segurança do Trabalhador**

SubGrupo: **Aceitação de Atestados Médicos**

Descrição da Cláusula: As empresas ficam obrigadas a aceitar, para todos os efeitos, atestados de doença, comprovante de comparecimento de consultas e exames complementares fornecidos por médico próprio da empresa; médico em convênio reconhecido pela empresa;

médico em convênio mantido pelo(a) cônjuge ou pais; profissionais credenciados pelo INSS/SUS bem como, com os mesmos efeitos, boletim de atendimento expedido em caso de emergência e Unidade de Pronto Atendimento (UPA). No caso de atestados comprovando o comparecimento de consultas e/ou exames complementares deverá ser consignado pelo médico o período de permanência em atendimento.

Na forma da resolução número 1819/07 do Conselho Federal de Medicina, ficam as empresas impossibilitadas de solicitar o número do CID (Código Internacional de Doenças) nos atestados médicos fornecidos pelos empregados.

#### PARÁGRAFO ÚNICO

As empresas ficam obrigadas aceitar, para todos os efeitos, atestados exclusivamente para tratamentos dentários em caso de emergências. As empresas não estão obrigadas a aceitar atestado quando de tratamentos dentários que não são emergenciais. Os atestados para tratamentos dentários emergenciais ficam limitados a 12 (doze) dias ao ano.

---

### 52ª Cláusula Título da Cláusula: **SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

Grupo: **Saúde e Segurança do Trabalhador**

SubGrupo: **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**

Os empregadores se obrigam a cumprir as portarias e normas regulamentadoras sobre segurança e medicina do trabalho vigentes.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ficam desobrigadas de indicar médico coordenador do PCMSO as empresas de grau risco 1 e 2, segundo o Quadro I da NR 4, com até 50 (cinquenta) empregados por estabelecimento.

As empresas enquadradas no grau de risco 1 ou 2 do Quadro I da NR 4 estarão obrigadas a realizar o exame médico demissional até a data da homologação da rescisão contratual, desde que o último exame médico ocupacional tenha sido realizado há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

As regras previstas no parágrafo primeiro da presente cláusula não se aplicam às empresas prestadoras de serviço na sede da tomadora.

Descrição da Cláusula:

---

### 53ª Cláusula Título da Cláusula: **PREVENÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR**

Grupo: **Saúde e Segurança do Trabalhador**

SubGrupo: **Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais**

Os sindicatos profissional e econômico realizarão ações conjuntas relativas a prevenção da saúde do trabalhador.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os sindicatos acordantes supervisionarão conjuntamente os Serviços especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SSMT e os Programas de Controle Médico de Saúde Operacional - PCMSO das empresas enquadradas na categoria econômica representada pelo SESCON/RS.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO

As empresas, em conjunto com as CIPAs, definirão uma política de prevenção de acidentes do trabalho e de saúde ocupacional, com a possibilidade do acompanhamento de representante do sindicato profissional.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO

Nas ocorrências de acidente de trabalho, a chefia imediata deverá providenciar no seu atendimento dentro e fora da empresa, quando necessário, acompanhando a situação até o total restabelecido do empregado.

Descrição da Cláusula:

---



**54ª Cláusula** Título da Cláusula: **DELEGADO SINDICAL MUNICIPAL**

Grupo: **Relações Sindicais**

SubGrupo: **Representante Sindical**

As empresas reconhecerão a estabilidade provisória ao Delegado Sindical Municipal, durante a vigência do presente acordo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os Delegados serão indicados pelo sindicato profissional (ou eleitos pelos empregados), passando a gozar da estabilidade a partir da comunicação à Entidade Patronal suscitada de sua indicação (ou eleição).

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Somente será reconhecido um Delegado Sindical por Município, escolhidos entre os empregados de empresas empregadoras de no mínimo 50 (cinquenta) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Em se tratando de empresa que possua além da matriz, filiais na base territorial atingida pelo presente acordo, será computado, para efeitos legais da presente cláusula, o total de empregados da referida empresa, condicionando-se a escolha a filial que possua no mínimo 10 (dez) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante.

Descrição da Cláusula:

**55ª Cláusula** Título da Cláusula: **DELEGADO SINDICAL POR EMPRESA**

Grupo: **Relações Sindicais**

SubGrupo: **Representante Sindical**

Os empregadores reconhecerão a estabilidade provisória do Delegado Sindical na empresa, durante a vigência do presente acordo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os delegados serão indicados pelo sindicato profissional (ou eleitos pelos empregados), passando a gozar de estabilidade a partir da comunicação à entidade Patronal suscitada de sua indicação (ou eleição).

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Os Delegados Sindicais serão escolhidos entre os empregados de empresas empregadoras de no mínimo 100 (cem) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Em se tratando de empresa que possua, além da matriz, filiais, na base territorial atingida pelo presente acordo, será computado, para os efeitos da presente cláusula, o total de empregados da referida empresa, condicionando-se a escolha à filial que possua no mínimo 50 (cinquenta) empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato suscitante.

**PARÁGRAFO QUARTO**

As convocações do delegado sindical para eventos junto ao sindicato deverão ser formalizadas com antecedência mínima de dois dias úteis e assinadas por um representante legal do sindicato, salvo convocação urgente pelo sindicato.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Descrição da Cláusula:

As saídas espontâneas do delegado sindical durante seu expediente de trabalho ao sindicato deverão ter autorização de seus gestores.

**56ª Cláusula** Título da Cláusula: **DELEGADO SINDICAL - LIMITES**

Grupo: **Relações Sindicais**  
SubGrupo: **Representante Sindical**  
Descrição da Cláusula: Fica ajustado que será reconhecido apenas 1 (um) Delegado Sindical, seja ele de empresa ou municipal, por empresa empregadora.

---

**57ª Cláusula** Título da Cláusula: **RELAÇÃO NOMINAL DE EMPREGADOS**

Grupo: **Relações Sindicais**  
SubGrupo: **Acesso a Informações da Empresa**  
Descrição da Cláusula: Os empregadores ficam obrigados a encaminhar, às entidades profissional e empresarial acordantes, cópia das guias de contribuição sindical e desconto assistencial, acompanhadas da relação nominal de empregados, no prazo máximo de 10 (dez) dias após os respectivos recolhimentos.

---

**58ª Cláusula** Título da Cláusula: **CÓPIA DO RECIBO DE ENTREGA DA RAIS**

Grupo: **Relações Sindicais**  
SubGrupo: **Acesso a Informações da Empresa**  
Descrição da Cláusula: Os empregadores deverão comprovar a entrega da RAIS ao sindicato profissional através de cópia do recibo, no prazo de 5 (cinco) dias após a efetiva entrega ao órgão competente.

---

**59ª Cláusula** Título da Cláusula: **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Grupo: **Relações Sindicais**  
SubGrupo: **Contribuições Sindicais**  
Descrição da Cláusula: Os empregadores dos trabalhadores beneficiados pela presente convenção contribuirão para os cofres do Sindicato das Empresas Prestadoras de Serviços Eletro-Eletrônicos do Estado do Rio Grande do Sul - SINDAT, mediante guias próprias e nos estabelecimentos bancários indicados, com importância equivalente a 2 (dois) dias de salário de todos os seus empregados, do mês de abril de 2019, já reajustados pela presente convenção coletiva. O recolhimento deverá ser efetuado até o dia 30 de abril de 2019.  
  
PARÁGRAFO PRIMEIRO  
Nenhuma empresa, possuindo ou não empregados, poderá contribuir a este título com valor inferior a R\$ 70,00 (setenta reais).  
  
PARÁGRAFO SEGUNDO  
O recolhimento na forma e no prazo estabelecido no "caput" e parágrafo primeiro da presente cláusula implicará nas cominações previstas no Art.600 da CLT.  
  
PARÁGRAFO TERCEIRO  
O recolhimento da obrigação ora instituída é ônus do empregador, constituindo-se em contribuição assistencial que será aplicada em benefícios assistenciais à categoria.

---

**60ª Cláusula** Título da Cláusula: **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL DOS EMPREGADOS**

Grupo: **Relações Sindicais**  
SubGrupo: **Contribuições Sindicais**  
Descrição da Cláusula: Em conformidade com o acordo judicial firmado entre o SEMAPI e o Ministério Público do Trabalho, nos autos da Ação Civil Pública de nº 000066320115040021, em qualquer hipótese de ajuste de cláusula de contribuição assistencial em convenção ou acordo coletivo de trabalho, o sindicato profissional deverá reproduzir a seguinte redação:  
  
"CAPUT. Os empregadores descontarão de todos os seus empregados, associados ou não, beneficiados ou não com as cláusulas da presente convenção, na data e no valor previsto no parágrafo sexto desta cláusula, a contribuição assistencial devida pela categoria em conformidade com a decisão expressa e prévia da categoria, recolhendo a respectiva importância à conta do SEMAPI, até os 10 (dez) dias subsequente do mês do desconto, sob pena das cominações previstas no artigo 600 da CLT.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO.

A validade do desconto a que se refere a presente cláusula fica condicionada a não oposição pelo empregado, manifestada individualmente e por escrito, devidamente identificada com a razão social e CNPJ do empregador, perante o sindicato profissional, por carta ou pessoalmente na sede da entidade, em alguns dos seguintes períodos e condições, à escolha do trabalhador:

I - Por carta identificada e assinada, postada nos correios em envelope individual, e acompanhada de cópia de documento de identidade com assinatura e dados para contato - telefone e/ou endereço eletrônico, no prazo de 20 dias a contar do registro desta convenção coletiva no sistema mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, considerando para validade a data de postagem nos correios;

ou,

II - Pessoalmente, na sede do sindicato, e mediante apresentação de comprovante do desconto feito pelo empregador, a partir do 5º dia útil e até os dez dias úteis subsequentes do mês de janeiro de 2019;

ou ainda,

III - Por carta identificada e assinada, postada nos correios em envelope individual, mediante envio de comprovante do desconto feito pelo empregador, e cópia de documento de identidade com assinatura bem como dados para contato – telefone e/ou endereço eletrônico, além de identificação da conta corrente bancária; banco, agência e nº da conta a partir do 5º (quinto) dia útil e até os 15º (décimo quinto) dias úteis subsequentes do mês de janeiro de 2019 do recebimento do salário em que ocorrer o primeiro desconto da contribuição assistencial, considerando para validade a data da postagem nos correios.

#### PARÁGRAFO SEGUNDO.

Não serão aceitas as oposições fora do prazo estabelecido na presente cláusula, exceto no caso de o trabalhador estar de férias, doente ou impossibilitado, por qualquer motivo, de exercer o direito de oposição nos períodos acima previstos, quando lhe será assegurada essa possibilidade, por carta ou pessoalmente na sede do sindicato, nos termos do parágrafo primeiro, incisos II e III, exceto datas, no prazo de até 30 dias após o seu retorno ou após cessada a causa que o impossibilitava de manifestar-se, desde que comprove ao sindicato a impossibilidade ocorrida.

#### PARÁGRAFO TERCEIRO.

Caso reste evidente ou haja fundados indícios de que o trabalhador foi induzido ou constrangido a se opor ao pagamento da contribuição assistencial por seu empregador ou entidade a ele relacionada, não decorrendo, assim, a manifestação de oposição de sua livre vontade, o sindicato comunicará a Procuradoria Regional do Trabalho, ficando a aceitação ou não da oposição suspensa até a conclusão do expediente a ser instaurado pelo Ministério Público.

#### PARÁGRAFO QUARTO.

A oposição realizada nos moldes previstos no parágrafo primeiro abrangerá também as subsequentes, previstas para o período de vigência da presente convenção coletiva.

#### PARÁGRAFO QUINTO.

O direito de oposição poderá ser exercido também pelos trabalhadores que ingressarem na categoria após o decurso dos prazos acima, desde que o façam em até 15 dias após o primeiro desconto salarial que sofrerem a título de contribuição assistencial, por carta ou pessoalmente na sede do sindicato, nos termos do parágrafo primeiro, incisos II e III, exceto datas”.

#### PARÁGRAFO SEXTO

O SEMAPI, considerando o adiantado do tempo, já próximo da nova data-base; as particularidades decorrentes da negociação, inclusive em virtude daquele tempo, propôs, e a categoria aprovou, de forma prévia e expressa, o zeramento do valor da contribuição assistencial, a qual excepcionalmente não será descontada nesta convenção relativa à data-base de 2018.

Descrição da Cláusula:

As condições convenionadas no presente instrumento se sobrepõem aos eventuais acordos individuais de trabalho que venham a ser firmados entre as empresas abrangidas pelo mesmo e seus respectivos empregados, exceto os empregados referidos no parágrafo terceiro do art. 444 e o art. 507-A, todos da CLT.

---

**62ª Cláusula** Título da Cláusula: **VALIDADE DOS ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO**

Grupo: **Relações Sindicais**

SubGrupo: **Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa**

Os acordos coletivos de trabalho envolvendo os empregados abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho deverão ser obrigatoriamente assistidos pelo sindicato patronal ora conveniente, sob pena de ineficácia

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A regra prevista no caput da presente cláusula não se aplica aos acordos coletivos de participação nos lucros e resultados e também aos que se aplicam exclusivamente às fundações de direito privado instituídas e mantidas pelo Estado do Rio Grande do Sul

Descrição da Cláusula:

---

**63ª Cláusula** Título da Cláusula: **DO ACOMPANHAMENTO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

Grupo: **Relações Sindicais**

SubGrupo: **Outras disposições sobre representação e organização**

No prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho os sindicatos acordantes constituirão Comissão Permanente de Acompanhamento das Rescisões Contratuais, composta por representantes das entidades.

**Parágrafo Primeiro**

A referida Comissão, por ocasião da revisão da presente Convenção Coletiva de Trabalho, poderá ter alterado o seu alcance para incluir a assistência às homologações contratuais, quitação anual dos contratos de trabalho, auxílio nas negociações de acordos extrajudiciais, arbitragem para hipersuficientes, e conciliações prévias, ocasião em que serão discutidas as fontes de custeio das atividades da Comissão.

**Parágrafo Segundo**

Por iniciativa de empregado ou empregador os termos de rescisão contratual com a discriminação das parcelas rescisórias, poderão ser encaminhados previamente à Comissão com o objetivo de evitar divergências entre as partes por ocasião da formalização da rescisão.

Descrição da Cláusula:

---

**64ª Cláusula** Título da Cláusula: **PRORROGAÇÃO DA CONVENÇÃO**

Grupo: **Relações Sindicais**

SubGrupo: **Outras disposições sobre representação e organização**

As cláusulas previstas neste instrumento coletivo de trabalho serão prorrogadas por um período de até 60 (sessenta) dias a partir de 1º de maio de 2019, visando a constância e a tranquilidade das partes durante o processo de negociação coletiva. Na hipótese de prorrogação da convenção coletiva por até 60 (sessenta) dias, as cláusulas deste instrumento coletivo não serão incorporadas aos contratos de trabalho dos empregados da categoria.

Descrição da Cláusula:

**65ª Cláusula** Título da Cláusula: **MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

Na hipótese de descumprimento de disposição prevista no presente acordo que contenha obrigação de fazer, o SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS E DE FUNDAÇÕES ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL - SEMAPI - notificará, por qualquer meio, a entidade patronal acordante, que diligenciará junto à empresa para que a obrigação seja satisfeita no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias contados do recebimento da notificação.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Persistindo o descumprimento, desde que a cláusula não contenha multa específica ou não haja previsão legal a respeito, o empregador pagará multa, em favor do empregado, nos seguintes valores:

a) descumprimento por período inferior a 30 (trinta) dias - valor equivalente a 10% (dez por cento) do maior piso salarial da categoria;

b) descumprimento por período de 30 (trinta) a 60 (sessenta) dias - valor equivalente a 30% (trinta por cento) do maior piso salarial da categoria;

Descrição da Cláusula: c) descumprimento por período superior a 60 (sessenta) dias - valor equivalente a 100% (cem por cento) do maior piso salarial da categoria.

**66ª Cláusula** Título da Cláusula: **ANOTAÇÃO DAS COMISSÕES**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

As empresas que remuneram seus empregados à base de comissões, ou fixo mais comissões, ficam obrigadas a anotar na carteira do empregado o percentual que será aplicado para o cálculo das comissões.

Descrição da Cláusula:

**67ª Cláusula** Título da Cláusula: **CÓPIA DO CONTRATO DE TRABALHO**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

As empresas obrigam-se a entregar ao empregado, no ato de admissão, cópia do contrato de trabalho, caso o mesmo não se possa conter por inteiro nas anotações da CTPS.

Descrição da Cláusula:

**68ª Cláusula** Título da Cláusula: **CONFERÊNCIA DE CAIXA**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

A conferência de caixa será, obrigatoriamente, procedida à vista do empregado por ela responsável, sob pena de impossibilidade posterior de qualquer compensação.

Descrição da Cláusula:

---

**69ª Cláusula** Título da Cláusula: **RESGUARDO DE DIREITOS**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: Ficam respeitados acordos por empresas, individuais ou coletivos, formalmente estabelecidos ou em execução de fato, durante o período de vigência por ventura neles fixados, existentes entre as empresas integrantes da categoria econômica e seus respectivos empregados.

---

**70ª Cláusula** Título da Cláusula: **ANOTAÇÃO DA FUNÇÃO**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: As empresas ficam obrigadas a promover a anotação na CTPS do empregado da função efetivamente exercida no estabelecimento ou quando a mesma for alterada.

---

**71ª Cláusula** Título da Cláusula: **COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

As partes acordantes reconhecem a Justiça do Trabalho como foro competente para dirimir as controvérsias decorrentes da aplicação da presente convenção.

PARÁGRAFO ÚNICO

Descrição da Cláusula: O Sindicato profissional, para fins de cumprimento, poderá ajuizar ação própria, na forma prevista no parágrafo único do art. 872 da Consolidação das Leis do Trabalho.

---

**72ª Cláusula** Título da Cláusula: **CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: As entidades acordantes envidarão esforços para a realização dos cursos de capacitação profissional formatados por Comissão Paritária nos termos de cláusula prevista em convenção coletiva 1999/2000.

---

**73ª Cláusula** Título da Cláusula: **CADASTRAMENTO JUNTO AO SESC**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: As empresas, sempre que houver requerimento de seus trabalhadores, ficam obrigadas a cadastrar-se junto ao Serviço Social do Comércio- SESC, para que os trabalhadores gozem dos benefícios de sócio.

---

**74ª Cláusula** Título da Cláusula: **CONSTRANGIMENTO MORAL**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

As empresas envidarão esforços para que sejam implementadas orientações de conduta comportamental aos seus supervisores, gerentes e dirigentes para que, no exercício de suas funções, visem evitar ou coibir práticas que possam caracterizar agressão e constrangimento moral ou antiético a seus subordinados.

Descrição da Cláusula: PARÁGRAFO ÚNICO

Sempre que necessário, na avaliação do sindicato profissional(SEMAPI) ou na hipótese de denúncia por parte de trabalhador, fica garantida a imediata reunião entre as entidades sindicais acordantes com a empresa, para avaliação e acompanhamento da referida denúncia.

---

**75ª Cláusula** Título da Cláusula: **CURSOS**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: **As empresas envidarão esforços para proporcionar aos empregados cursos de qualificação ou recolocação profissional.**

---

**76ª Cláusula** Título da Cláusula: **DO SISTEMA ALTERNATIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE JORNADA**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: Fica estabelecido que os empregadores poderão adotar sistemas alternativos eletrônicos de controle de jornada de trabalho, nos termos da Portaria nº 373, de 25 de fevereiro de 2011, sendo obrigatório que o sistema eletrônico registre fielmente as marcações efetuadas, não sendo admitido: restrição à marcação do ponto; marcação automática do ponto; exigência de autorização prévia para marcação de sobre jornada; e alteração ou eliminação dos dados registrados pelo empregado.

---

**77ª Cláusula** Título da Cláusula: **CONTROLE DE FERTILIDADE**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: Fica vedada qualquer exigência, por parte da empresa, de comprovação ou não da gravidez e esterilização tanto no ato da admissão como em qualquer outro período, enquanto vigorar o contrato de trabalho.

---

**78ª Cláusula** Título da Cláusula: **PORTADORES DO HIV**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: Fica vedada/proibida qualquer exigência, por parte da empresa de atestados de comprovação ou não da condição de portadora de vírus HIV/AIDS, tanto para admissão como para preenchimento de cargos, como para demissão. As empresas realizarão em parceria com os sindicatos, campanhas educativas e de sensibilização, visando a prevenção do vírus da AIDS.

---

**79ª Cláusula** Título da Cláusula: **ADEQUAÇÃO DE FUNÇÃO E LOCAL DE TRABALHO**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: A empregada gestante terá assegurada mudança de setor de trabalho ou função, quando estas apresentarem riscos que possam provocar agravos à saúde da mãe ou do feto se necessário, ao seu estado.

---

**80ª Cláusula** Título da Cláusula: **USO DO BANHEIRO**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula: Fica vedado qualquer forma de condicionamento da ida ao banheiro à autorização/permissão por parte do empregador.

---

**81ª Cláusula** Título da Cláusula: **PENALIDADE ADMINISTRATIVA**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula:

Será garantido ao empregado que estiver submetido a penalidade administrativa o acompanhamento por Comissão Paritária de Sindicância onde o Sindicato suscitante notificará, por qualquer meio, a Entidade Patronal ora acordante que diligenciará junto a empresa.

---

**82ª Cláusula** Título da Cláusula: **FORNECIMENTOS DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula:

As empresas deverão fornecer aos seus empregados sem quaisquer ônus a estes últimos, equipamentos de proteção individual, suficientes e adequados, tais como: luvas, botas, toucas, capas e outros, quando imprescindíveis ao desempenho de suas funções, conforme a legislação vigente. Tais equipamentos de proteção serão substituídos sempre que necessários.

---

**83ª Cláusula** Título da Cláusula: **ABONO ASSIDUIDADE**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula:

O empregado que no período aquisitivo de férias não tiver falta não justificada e até 2 (duas) faltas justificadas, exceto as faltas legais previstas no artigo 473 da CLT, terá direito a 3 (três) dias de folga, no período subsequente ao período aquisitivo.

PARÁGAFO ÚNICO: As empresas não poderão considerar as folgas motivacionais como faltas para fins de não concessão do abono assiduidade.

---

**84ª Cláusula** Título da Cláusula: **RELAÇÃO HOMO AFETIVA**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula:

Os benefícios desta Convenção Coletiva aplicáveis aos cônjuges dos empregados, são extensivos aos casos em que a união decorra de relação homo afetiva.

---

**85ª Cláusula** Título da Cláusula: **CONTINUIDADE DO PLANO DE SAÚDE**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula:

É assegurado ao ex-empregados demitidos sem justa causa, o direito de manter sua condição de beneficiário do plano de saúde, nas mesmas condições de cobertura assistencial que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumo o pagamento integral, respeitadas todas as disposições do art. 30 da Lei 9.656/98 e as condições fixadas na Resolução 279 da ANS.

---

**86ª Cláusula** Título da Cláusula: **ACOMPANHAMENTO ESCOLAR**

---

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Descrição da Cláusula:

Na hipótese do empregado necessitar acompanhar filho menor de 12 (doze) anos à escola ou se for por esta convocado para comparecer, coincidindo com o horário de trabalho, o período das duas primeiras horas será abonado, e após a segunda hora



será o período compensado, desde que devidamente comprovado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Fica estabelecido que a previsão contida no caput desta cláusula fica limitado a três vezes ao ano e o período para comparecimento não poderá ser superior a três horas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O empregado deverá informar ao empregador da sua necessidade de comparecer à escola com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas

---

**87ª Cláusula** Título da Cláusula: **PRAZO PARA PAGAMENTO DE RESCISÕES**

Grupo: **Disposições Gerais**

SubGrupo: **Outras Disposições**

Quando da rescisão do contrato de trabalho, ficarão as empresas obrigadas ao pagamento dos direitos rescisórios e anotações na CTPS até dez dias contados a partir do término do contrato.

Descrição da Cláusula:

Na hipótese de aviso prévio indenizado for superior a quarenta dias o pagamento será no 1º dia útil subsequente ao quadragésimo dia.

---

**Anexos**

**Anexo I** Título do anexo: **ATA**

Descrição do Anexo: Anexo (PDF)